

Do Liceu Feminino do Porto à Escola Secundária Carolina Michaëlis: História, memórias, espaços e cultura material

Correia, Luís Grosso (Coord.) (2016). *Do Liceu Feminino do Porto à Escola Secundária Carolina Michaëlis: História, memórias, espaços e cultura material*. Lisboa: Edições Colibri.

Trata-se de uma monografia produzida sobre uma escola secundária, antigo liceu feminino, coordenada por Luís Grosso, em que é também autor com Cristina Soares da Silva, Ângela Marques, Marília Lobo, José Valente e Jorge Mateus. Esta produção insere-se nas Comemorações do Centenário do Liceu Feminino do Porto. Livro com estrutura clara e análise sistemática, um acervo de materiais relevantes, constitui um trabalho de grande intensidade que contribui para que percebamos os percursos, os processos, as políticas, as experiências e as visões de vida institucional ao longo de cem anos.

Para além do capítulo intitulado «História», de Luís Grosso, em que é feita uma revisitação à instituição ao longo dos cem anos de vida, há um capítulo com contribuições em torno da análise da construção dos «Espaços», da autoria de Cristina Soares da Silva, o capítulo assinado por Ângela Marques, «Memória(s)», constituída(s) por entrevistas a várias docentes, funcionárias e antigas estudantes, material muito relevante, o «Álbum Fotográfico» (de Marília Lobo e José Valente) e materiais museológicos, científicos e pedagógicos reunidos em «Cultura Material» (por Jorge Mateus). Constitui certamente uma referência para quem quiser aprofundar o conhecimento sobre instituições pós-primárias em Portugal, criadas como liceus e hoje escolas secundárias e agrupamentos.

Para quem lê, e teve a oportunidade de poder frequentar a instituição Carolina Michaëlis, esta monografia constitui-se como despoletadora de evocação de vivências e de reflexões pessoais que também procuram ser um contributo no âmbito das Comemorações do Centenário. O estudo leva-nos a refletir sobre o lugar que o Liceu Feminino veio ocupar na dinâmica social no período

1914/1915/1917, quando é criado na República, na luta pela conquista de espaços em que o trabalho pedagógico se possa realizar com qualidade.

Simultaneamente, o liceu feminino – na perspetiva da Cristina Rocha (1989) (possivelmente a primeira investigação sobre liceus femininos em Portugal) – apresenta uma «ambiguidade formativa dupla»:

o Liceu geneticamente é uma instituição masculina. É esta fórmula que adaptada ao sexo feminino vai suscitar reacções, pois desta forma, ao sair da domesticidade materna ou da privacidade do colégio, a educação liceal feminina põe em causa o papel da mulher, da família, da maternidade, em suma a organização da família a partir da divisão do trabalho. (...) o Liceu vai criar condições (sobretudo pela certificação escolar) para o destacamento da mulher burguesa da célula familiar. (Rocha, 1989: 224)

No trabalho que realizei em torno de professoras primárias que fizeram a transição da República para o Estado Novo, uma das histórias de vidas construídas é de uma rapariga e sua irmã que veio do interior duriense, de famílias com propriedades, mas com a noção de que as propriedades não podiam sustentar os vários filhos e filhas e de que as raparigas precisavam de estudar e de ter uma profissão. Veio então frequentar o Liceu Feminino em 1915 (Araújo, 2000). Em 1926 esta denominação foi alterada para Liceu Carolina Michaëlis. Em 1951 teve novo edifício. Em 1979/1980 assumiu a designação Escola Secundária Carolina Michaëlis, com regime de coeducação. Em 2012, passou a ser denominado de Agrupamento Carolina Michaëlis.

Ao focar três períodos (República, Estado Novo, Pós-25 Abril), recordo que a minha experiência se situa na do

Estado Novo, nos anos 1960, em que o Regime já não era tão profundamente ideológico como o terá sido na altura de 1933 e durante a 2ª Guerra Mundial – em que partilhava as orientações ditatoriais de proximidade com a Alemanha nazi e a Itália fascista –, sendo antes um regime que historiadores/as em Portugal chamaram de «o fim da autarcia»: o regime procura a expansão económica, recebe fundos do Plano Marshall no período a seguir à 2ª Guerra e abre-se a capitais estrangeiros de investimento, ainda que as conhecidas «lições e frases salazaristas» continuem a ser reproduzidas. Como aluna deste Liceu (1960-1967), à medida que percorro o livro, revejo algumas das minhas experiências já nas instalações atuais. Salienta-se no estudo que é então o segundo liceu mais populoso do país, depois do Liceu D. Manuel II (atual Rodrigues de Freitas).

Será que esta mudança do «fim da autarcia» no regime de ditadura se faz sentir na vida do liceu nesta altura? Encontro no capítulo «História» que, então, há «uma concepção seletiva do ensino liceal, desde a entrada até à saída, com vista a premiar o mérito académico e, por seu turno, canalizá-lo para o ensino superior» (p. 13), revelada por seletividade, provas de admissão, propinas. Como o livro vai revelando, esta é certamente uma das preocupações dos liceus e que se mantém neste período, e que também é comum ao Liceu Feminino. A preocupação pelo reconhecimento académico que o Liceu produzia com as suas estudantes era sensível. As professoras, exigentes, tinham fama de darem notas relativamente sopesadas e nada expansivas. Havia professoras muito temidas, outras respeitadas e em que se investia um muito e bom afeto (Olga Azeredo).

Havia escadas para as professoras e escadas para as alunas. Veja-se o regulamento de 1951 em que se procura «estabelecer um apertado caderno de encargos para as alunas sobre as regras de conduta e de convivência dentro (e fora!) do Liceu», esse bem sincronizado com o regime de trabalho escolar imposto ao Liceu:

1 – As portas do liceu abrem 8 e 30 da manhã, isto é, meia hora antes de se iniciarem os trabalhos escolares.
2 – A entrada das alunas faz-se pela porta principal e o acesso aos corredores e salas de aula, pela escadaria da ala respectiva, não sendo permitido ás [sic!] alunas de uma ala utilizar a escadaria da outra. 3 – Á [sic!] entrada depositam no vestiário os guarda-chuvas... (p. 72)

Lembro-me de uma menina com a sua bata e botões – que se iam acrescentando conforme se passava de ano – que se aplicava e que procurava seguir o modelo do que devia ser a educação apropriada de uma rapariga bem comportada: labores, no Natal, os enxovais e berços para crianças pobres; bordar uma toalha que ainda hoje tem; Labores Femininos e a Mocidade Portuguesa; chamada ao quadro para mostrar conhecimento e ser avaliada; e uma professora que, por saber a que família esta rapariga pertencia, a punha em evidência e a favorecia.

Edite Estrela, Deolinda Freitas, Adelina Pinto Mota, Virgínia Conceição, Teresa Vasconcelos, Ana Sousa Pereira e muitas outras – fomos colegas no 6º e 7º anos. Lembro também os Jogos Florais de 1966 e descobro um conjunto de docentes que foram minhas professoras ou que faziam parte do corpo docente. Na Educação Visual, Manuela Malpique, Elvira Leite, Teresa Ferrand e várias outras. Lembro a festa de fim de um dos anos, em que com colegas cantámos músicas do filme *Música no Coração* – que nos empolgavam.

Era um tempo feliz? Olho para estes tempos como duros de tensão e muito esforço, com amizades algumas bem firmes, e que acompanharam muitos anos e ainda hoje o são. No meu caso (aproveitei para rever a caderneta escolar que tenho na minha mão), fui uma aluna média baixa se olhar para as notas dos períodos escolares, com média de Bom no exame de 5º ano e Muito Bom nos exames finais do secundário.

O carácter conservador das políticas do tempo e das práticas de reprodução social e cultural eram nítidas e enquadradoras.

Tempo para alguma criatividade? A literatura do secundário com Olga Azeredo, a educação visual no curso geral com Teresa Ferrand. Para comunicação mais aberta, lembro Maria José Ramalho com quem tive conversas e encontros de comunicação muito bons. Tempo de lazer sobretudo no jogo do mata, em que me evidenciava, e as conversas nos recreios com as amigas.

Regressando às práticas e princípios orientadores do Liceu neste período dos anos 1960, Luís Grosso (2016) diz o seguinte:

O período que decorre de 1939 a 1974, a avaliar pela fonte que mais suporta a investigação (as Atas do Conselho Escolar), é muito conservador a nível da organização do Liceu. O discurso do início do ano letivo pela reitoria, cuja estrutura, objetivo e conteúdo se resumiam, invariavelmente, à disciplina das alunas, cumprimento dos horários (alunas e professoras), pontualidade, ao papel disciplinador e pedagógico das professoras, compostura, decoro e aprumo das alunas, ao uso, zelo e limpeza das batas a considerações pragmáticas de natureza pedagógica, discricção do vestuário e adornos foi afinado por Eulália Balacó (p. 68).

Vejo esta análise e estou de acordo pelo clima que se vivia. E sobretudo e sempre o controlo de relações com rapazes. Lembro-me de ser dito nas reuniões de início de ano que estes estavam proibidos de se aproximarem a mais de 500 metros do Liceu. O Estado Novo e as suas instituições forneceram princípios muito fortes de controlo sobre relações de género/sexo, pela segregação que estabeleceram, pela condenação da coeducação republicana, pela inculcação de uma noção tremenda de pecado e culpa – que na democracia tem levado anos a desfazer e a reformular em formas de responsabilização. Uma escola de mulheres que se pretendia como assexuada? Com uma estrutura organizacional que o livro resume assim (Grosso, 2016: 98):

Em termos de funcionamento interno do Liceu tudo [estava] previsto e controlado: as professoras para as tarefas curriculares, a MPF para as tarefas socio-afetivas de complemento curricular sancionadas pelo regime para as raparigas e a reitora para tudo coordenar.

O Liceu assumia este carácter nas relações de género e na construção de identidades femininas. Não quer isto dizer que fosse bem-sucedido no que intentava este tipo de discurso e de práticas.

Assim, conservadorismo de formação, acesso a conhecimentos mais alargados e mobilidade social e profissional, fornecendo também instrumentos que permitiram reconfigurações de mulheres que aqui passaram e que se reconstituíram com outras visões e perspectivas – também elas críticas do que foram elementos conservadores nessa formação.

Para terminar, queria dizer como me agrada pensar que um dos meus sobrinhos esteve na Secundária Carolina Michaëlis entre 1995 e 2000. Fui acompanhando-o e percebi que apreciou muito ter estudado aí. Fez teatro, tocou saxofone, para além das suas muito boas realizações escolares e aí escolheu Sociologia. Hoje está já com doutoramento avançado em Sociologia, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Rever estes períodos e este período de longa duração desta instituição foi (e continua ser) um excelente desafio. Resta-me agradecer por me terem estimulado a esta revisitação tão especial¹.

Helena C. Araújo

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção
Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade do Porto

¹ Versão reformulada da apresentação do livro no Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis, em 9 de junho de 2016.